

Kosovo: a desintegração do mosaico iugoslavo

*Enrique Serra Padrós**

A crise do Kosovo é o subsequente bombardeio da Iugoslávia por parte da OTAN ocorridos entre março e junho de 1999 correspondem a mais uma etapa do profundo processo de dismantelamento da antiga federação iugoslava. Após a guerra de 1991, quando a Croácia e a Eslovênia garantiram a sua separação, e depois do terrível conflito envolvendo a Bósnia-Herzegovina (1992-95), o confronto que colocou a população albano-kosovar no centro da tempestade foi o aspecto mais visível dentre outros mais agudos na região, assim como o uso que fizeram dessa crise as potências ocidentais, particularmente os EUA e seu instrumento militar, a OTAN.

Antecedentes históricos

A Península Balcânica tem sido, historicamente, uma espécie de fronteira entre Ocidente e Oriente, entre Cristianismo e Islamismo e até entre Igreja Católica e Igreja Ortodoxa. Seja por motivos materiais, seja por motivos estratégicos, o fato é que a região sempre atraiu as ambições expansionistas das potências vizinhas. No transcorrer da história contemporânea, os impérios turco, austro-húngaro, alemão e russo, além dos interesses italianos, franceses e britânicos, confrontaram-se pelo controle, posse ou influência sobre os Balcãs.

Recuando na história, encontramos o profundo processo de lenta desagregação sofrida pelo Império Romano, com especial destaque para as invasões bárbaras. Entre os séculos VI e VII da nossa Era, ondas de tribos eslavas vindas da Rússia estabeleceram-se na Península Balcânica. A peculiar situação geográfica de zona montanhosa com boa rede hidrográfica permitiu a manutenção de certas identidades específicas (língua, cultura, história, etc.). Na Baixa Idade Média, a sobrevivência do Império Bizantino deu uma certa estabilidade à região, além de espalhar a influência do Cristianismo ortodoxo. Mas a expansão

* Professor de História Contemporânea na UFRGS.

turca pelo Mediterrâneo que levou à tomada de Constantinopla e à queda dos bizantinos em 1456 atingiu também o interior da península. Enquanto para os turcos os Balcãs eram a porta de acesso à Europa central e oriental, para o mundo ocidental significavam uma muralha de contenção contra o Islamismo. Nessa dupla condição dada pelas pressões exógenas, a Eslovênia e a Croácia caíram sob a influência austríaca e católica, enquanto os turcos enfrentavam a resistência do Reino da Sérvia, importante poder autônomo na área de influência bizantina que atingira seu apogeu entre os séculos XII e XIV, durante o Governo de Esteban Dusan, e que tinha o centro nevrálgico na região do Kosovo, sede dos patriarcas ortodoxos. Apesar da sua resistência, os sérvios foram esmagados na batalha de Kosovo-Polie, em 1389, e durante quase 500 anos lamentaram a perda do Kosovo, seu território sagrado que deveria ser recuperado a todo custo. Após a vitória turca na península, ocorreu um fato muito interessante. Rejeitando a dominação turca, houve um movimento massivo de população sérvia rumo ao norte, criando um vazio demográfico nos atuais territórios do Kosovo e da Macedônia. Tal problema foi resolvido deslocando a população albanesa já islamizada e incorporada ao império turco, estando aí o início da presença demográfica albanesa no sul da futura Iugoslávia. O conquistador turco, não tendo meios nem vontade política de ocupar ele mesmo todo o território, procurou, dentre os povos submetidos, aliados confiáveis que desempenhassem a função de intermediários no controle político e econômico da região. Ou seja, aliados assimilados à estrutura de poder do império em troca de benesses e de privilégios derivados da função assumida; além da fidelidade ao poder turco, exigia-se um só pré-requisito: a islamização. Esta é a origem do surgimento dos chamados muçulmanos da Bósnia, eslavos que se islamizaram com o intuito de participar do poder e da exploração turca sobre o território peninsular. Diversas tentativas sérvias de recuperar o território fracassaram, mas, sob a pressão continental dos ideais iluministas, burgueses e nacionalistas despertados pela Revolução Francesa e espalhados pela expansão napoleônica na Europa, a questão nacional tomou muita força entre os sérvios que, com a ajuda russa, se emanciparam entre 1806 e 1815.

Durante o século XIX e até a Primeira Guerra Mundial, projetaram-se sobre os Balcãs diversos projetos políticos: a manutenção do domínio turco (em recuo e finalmente derrotado); o austro-húngaro, que tentava expandir-se em cima do recuo turco e convergindo com os interesses do II Reich alemão; o russo, pretendendo acessar o mar Mediterrâneo para furar o terrível bloqueio nos estreitos do mar Negro e defendendo o pan-eslavismo (união de todos os eslavos num único Estado) ou, na pior das hipóteses, acolher um estado eslavo amistoso sobre o qual pudesse exercer influência; e o projeto da Grande Sérvia, a união dos eslavos balcânicos num estado hegemônico pela Sérvia e vinculado à

Rússia, a “grande mãe eslava”. Paralelamente, o sentimento antiotomano e a identificação dos bósnios-muçulmanos como otomanos se acentuava com a constatação dos privilégios que tinham auferido até então. Um censo de 1878 na Bósnia-Herzegovina mostrava que 90% das terras eram de muçulmanos, enquanto 92% dos camponeses sem terra eram não muçulmanos.

O século XX

No início do atual século, os Balcãs tornaram-se um impressionante caldeirão de tensões. Entre 1912 e 1913, ocorreram as Guerras Balcânicas, enfraquecendo ainda mais os últimos estertores do poder turco, confirmando a influência austríaca na região e apresentando disputas territoriais entre os Estados nascentes. Enquanto a Albânia, apoiada pela Áustria-Hungria, obtinha a independência, a Sérvia avançava sobre o Kosovo e a Macedônia. E não se pode esquecer que o estopim da Primeira Guerra Mundial ocorreu quando nacionalistas sérvios assassinaram o herdeiro do trono austro-húngaro, Francisco Fernando, nas ruas de Sarajevo, capital da Bósnia-Herzegovina (área de influência austríaca). As inflexões da política externa alemã fizeram com que Áustria-Hungria e Turquia, fortes rivais nos Balcãs, estivessem aliadas no bloco que acabou derrotado, o que, combinado com o complexo processo revolucionário russo fortaleceu a posição sérvia de construir uma unidade estatal eslava nos Balcãs. Surgiu assim, em 1918, o Reino dos Sérvios, Eslovenos e Croatas (Reino da Iugoslávia em 1929).

O período entre-guerras foi marcado por intensa instabilidade política e econômica e pelas dificuldades institucionais na convivência das diversas etnias sob hegemonia sérvia. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Governo iugoslavo abriu seu território para a passagem das tropas alemãs e o estabelecimento de bases militares, provocando insatisfação generalizada que levou à queda do ministério e reafirmou a autonomia iugoslava diante de Hitler. Em resposta, em 6 de abril, Belgrado foi bombardeada pela Luftwaffe nazista, enquanto as organizações fascistas croata (*oustachis*) e albanesa (*Balii Kombëtar*) colaboraram ativamente com o Eixo e faziam nos Balcãs o trabalho sujo de limpeza étnica que os nazistas realizavam em outras partes da Europa. Aproximadamente 750 mil sérvios foram executados por aquelas organizações sob o comando direto de Ante Pavelic, líder croata *oustachi*, que proclamou a independência da Croácia, tornando-a um Estado fantoche do Eixo nazifascista. Ocupado o território iugoslavo e dividido entre italianos e alemães, a resistência foi assumida pelos *partisans*, liderados pelo comunista Joseph Broz Tito e organizados no Conselho Antifascista de Libertação Popular da Iugoslávia. Houve, também, a resistên-

cia *chetnik*, sérvios monarquistas e nacionalistas que não aceitavam o domínio estrangeiro, mas cujo anticomunismo os colocou, muitas vezes, lado a lado dos *oustachis*.

Recebendo ajuda material dos aliados e aproveitando a pressão soviética sobre toda a frente nazista oriental, a resistência *partisans*, apesar do custo altíssimo, reverteu a situação. Em maio de 1945, os nazistas capitularam diante do exército de Tito, que procedeu à imediata liquidação e desmilitarização dos grupos fascistas balcânicos, assim como dos *chetniks*.

A Iugoslávia do Pós-Guerra constituiu uma federação de repúblicas socialistas composta por seis membros: Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedônia, além das minorias albanesa e húngara, concentradas nas províncias autônomas da república da Sérvia (Kosovo e Voivodina respectivamente), fora outras tantas minorias étnicas (ciganos, turcos, eslovacos, romenos, búlgaros, valacos, tchecos, italianos, ucranianos, etc.), o que explica a denominação de **mosaico balcânico**. Segundo as palavras do próprio Tito, a coesão iugoslava era fundamental para superar os ódios ancestrais e dependia de uma complexa engenharia política, onde deviam conviver “seis repúblicas, cinco nações, quatro línguas, três religiões, dois alfabetos e um só partido”.

Tito governou a Iugoslávia até 1980, ano da sua morte, ou seja, durante quase toda a Guerra Fria. Seu Governo caracterizou-se pela imposição de uma administração centralizada e assentada na estrutura do partido comunista (Liga Comunista), assim como no esvaziamento das rivalidades étnicas e dos desequilíbrios demográficos entre as mesmas (fomentando os deslocamentos de população, mesclando as etnias e consolidando a idéia de uma identidade iugoslava em primeiro lugar). Na mesma época, rompeu com o bloco soviético, assumindo uma política externa autônoma e não-alinhada, enquanto internamente desenvolvia um programa de autogestão, que, a médio prazo, se chocava com o centralismo político estatal. Em meados da década de 60, o titismo criticava as experiências socialistas orientadas desde Moscou, começando a aderir a algumas teses da economia de mercado e a vincular-se com organismos financeiros internacionais capitalistas.

Kosovo, a província mais pobre da Sérvia, com 90% de população albanesa, sofria a combinação de pobreza, instabilidade política e repressão étnica. Em 1966, estudantes da Universidade de Pristina exigiram direitos políticos, reconhecimento do estatuto de república e participação nos programas estatais de desenvolvimento. Justificavam suas reivindicações lembrando que constituíam um terço da população total da Federação. Acabaram parcialmente atendidos com a Constituição de 1974, que outorgava à província prerrogativas comparáveis às de uma república. Porém os sérvios mantinham a tutela sobre o território sagrado.

A desintegração iugoslava

A morte de Tito acelerou o colapso do modelo político e econômico iugoslavo, agravando as desigualdades regionais. Sem Tito, a disputa interna enfraqueceu o equilíbrio de forças do cenário político. Tudo isso foi acompanhado pelos desdobramentos internacionais das tensões que a década de 80 apresentou para o mundo socialista. A *debacle* do socialismo real acabou manifestando-se também na Iugoslávia, empurrando muitas lideranças da Liga Comunista em direção a propostas reformistas, aos mecanismos capitalistas de mercado e ao abandono do socialismo de Estado.

Em 1981, estudantes kosovares saíram novamente às ruas. As reivindicações eram antigas; tal fato provocou o endurecimento do Governo com a decretação do estado de emergência e dissolvendo violentamente as manifestações. Conseqüentemente, aumentaram as tensões entre a maioria albanesa e a minoria sérvia, que, às centenas, abandonou a província.

Enquanto isso, a decolagem da economia alemã na Comunidade Econômica Européia (CEE), na segunda metade dos anos 80, trouxe novos desdobramentos continentais. Efetivamente, os interesses econômicos alemães projetaram-se com grande voracidade no Leste Europeu, na ex-URSS e nos Balcãs, especialmente nas zonas economicamente mais atrativas (países bálticos, República Tcheca, Eslovênia e Croácia), onde até havia antigas ligações históricas. Para alguns setores croatas e eslovenos, encastelados na burocracia e favoráveis às reformas de mercado, continuar numa federação de repúblicas em crise, onde se viam carregando nas costas as regiões mais pobres, inviabilizava qualquer projeto de desenvolvimento. Trocar tal situação pela conexão à dinâmica rede do capitalismo europeu era extremamente sedutor. Com a crise, cresceram as tensões autonomistas e separatistas. Nesse quadro, ganhou projeção, dentro da Liga Comunista local, a corrente de Slobodan Milosevic, capitalizando a frustração nacionalista sérvia, abandonando as teses socialistas e assumindo um discurso popular-nacionalista de defesa da unidade iugoslava sob hegemonia sérvia. Tal ameaça chauvinista fortaleceu os setores ultra-nacionalistas das outras etnias, aumentando as tendências centrífugas nas demais repúblicas. Diante das denúncias de que os sérvios do Kosovo sofriam agressões da maioria albanesa, Milosevic concentrou mais de um milhão de pessoas no dia 26 de junho de 1989 para lembrar o sexto centenário da derrota militar de Kosovo-Polie, reafirmando o direito legítimo da autoridade sérvia sobre a província e propagandeando que, de novo, a soberania do País era agredida. A seguir, Milosevic tomou uma medida explosiva: suprimiu a autonomia da Voivodina e do Kosovo, contrariando as diretrizes da Constituição de 1974 e criticando duramente a política de integração realizada por Tito.

Com a justificativa de lutar pela manutenção da integridade territorial, a liderança sérvia passou a trabalhar com o objetivo de impor a sua hegemonia na federação. Na prática, a clivagem nacionalista da Sérvia, resultante das ameaças concretas de desintegração da Iugoslávia, fortaleceu as posições dos grupos separatistas das demais repúblicas e províncias, que, com discursos inflamados e com a satanização dos sérvios, passaram a ganhar maior respaldo popular. Entre 1989 e 1990, a Eslovênia e a Croácia abriram-se, ainda mais, à economia de mercado, enquanto os liberais e ex-comunistas aprovavam plebiscitos sobre os direitos de soberania e de autodeterminação, amadurecendo as condições de ruptura para sair da federação. Finalmente, em 1991, ambos os países, mais a Macedônia, proclamaram a independência, desencadeando seríssima crise diante da inconformidade do Governo Central e da Sérvia. Entre junho e setembro, ocorreram violentos combates enfrentando croatas contra milícias sérvias (sérvios que viviam na Croácia), apoiados pelas tropas federais. A partir desse momento, a coexistência das etnias estilhaçou-se em mil pedaços através da explosão dos ódios étnicos; o modelo de convivência imposto por Tito através dos deslocamentos internos e da mescla de população, que fora, até então, o seu grande legado, ruiu na *debacle* desagregadora. No instante em que a Croácia rompeu com a Iugoslávia, a Krajina, enclave sérvio naquela república, proclamou, por sua vez, a separação da Croácia. Impôs-se, assim, a lógica da relação de forças entre as diversas comunidades étnicas. Considerando que nenhuma das repúblicas da Federação era etnicamente homogênea, pode-se imaginar o efeito explosivo de tal combustão. O mosaico iugoslavo tomou a forma de um quebra-cabeça de peças que não combinam mais entre si. Por um lado, repúblicas que não aceitavam mais continuar na Federação; por outro, em cada uma delas, minorias locais que se insurgiam contra as majorias separatistas tentando manter a vinculação com a unidade original iugoslava.

Com o acirramento dos conflitos, a violência perpassou todas as instâncias de coexistência civilizada; a guerra adquiriu a forma do acerto de contas entre comunidades, famílias, vizinhos... pessoas que conviveram durante décadas sem maiores problemas. A pressão da ONU possibilitou um cessar fogo para a abertura de negociações. A CEE decidiu agir, preocupada com a possibilidade da generalização da guerra numa área muito sensível para os interesses continentais e num contexto onde os demais ex-países socialistas sofriam um tenso processo de ajuste e reversão às formas da economia de mercado. Entendendo que a origem dos conflitos estava no acelerado desmantelamento iugoslavo, a CEE determinou a seus membros que agissem em conjunto, não reconhecendo isoladamente nenhuma independência da Federação e dispondose, ainda, a intermediar negociações políticas e a ajudar economicamente para diminuir os efeitos perniciosos da crise e dos desequilíbrios internos. Pensava,

assim, contribuir para evitar a todo custo um conflito que podia abalar a Europa. Surpreendentemente, no 23 de dezembro de 1991, a Alemanha, ignorando as orientações da CEE, reconheceu oficialmente as independências croata e eslovena, iniciando a corrida para a ocupação das economias que se abriam, numa clara competição por mercados no marco das necessidades colocadas pelo fenômeno da globalização. O resultado concreto de tal atitude foi a intensificação das lutas do Governo Central contra as repúblicas separatistas. Concomitantemente, dias depois, diante do fato consumado, os demais países da CEE também reconheceram a independência croata e a eslovena; ao jogarem fora a busca de uma negociação consensual, deram amém à implosão iugoslava e à conseqüente limpeza étnica, mecanismo antigo resgatado provavelmente pelos sérvios, mas que virou rotina praticada por todos os atores envolvidos no conflito.

Apesar de tudo, a pressão da comunidade internacional obrigou o Governo da Federação a negociar e reconhecer a saída daquelas repúblicas e a aceitar a presença de milhares de capacetes azuis da ONU protegendo as novas fronteiras. Pouco tempo depois, a Macedônia e a Bósnia-Herzegovina seguiram o mesmo caminho: diga-se de passagem, provocando grande contrariedade entre os países da CEE, que não tinham maiores interesses em acolher as zonas pobres dos Balcãs. De certa forma, isso ajuda a entender porque a Europa demorou tanto para socorrer a Bósnia na luta contra a Sérvia, diferentemente da atitude em relação às ricas Croácia e Eslovênia. A Europa não via viabilidade na sobrevivência de países de economias frágeis; mas as lideranças bósnias justificavam sua atitude afirmando que a saída das repúblicas mais ricas da Federação rompia o equilíbrio histórico que havia evitado, até então, que a Sérvia impusesse a sua hegemonia. Enquanto isso, Montenegro e Sérvia decidiam, também através de plebiscito, a permanência na República Federativa da Iugoslávia.

Em maio de 1992, explodiram os conflitos entre o Governo bósnio (muçulmano) e as milícias sérvio-bósnias; estas ajudadas pela Iugoslávia. A situação naquela república era muito complexa, pois a maioria muçulmano-bósnia devia conviver, no seu território, com uma minoria sérvia que constituía 31,4% da população total e uma croata de 17,3%. Sarajevo, a capital, tornou-se sinônimo da tragédia da guerra fratricida. Durante quase três anos, foi sitiada pelos sérvios e sofreu uma destruição generalizada. O território bósnio foi palco de estranhas alianças. Dependendo do local e do momento, muçulmanos-bósnios, sérvios-bósnios e croatas-bósnios lutaram entre si ou aliaram-se contra o terceiro. O número de mortos é estarrecedor; calcula-se que, em três anos de guerra civil, morreram umas trezentas mil pessoas. Em 1993, mediadores internacionais apresentaram a todas as partes envolvidas o Plano Vance-Owen, que previa a divisão da Bósnia em 10 províncias (depois 15), no estilo dos velhos bantustões sul-africanos,

além da desmilitarização de Sarajevo. Os muçulmanos rejeitaram-no, pois, na prática, significava reduzir o seu espaço a quase nada. Os sérvios também foram contra, porque, naquele momento, controlavam quase 70% da área. Finalmente, sob a orientação do Grupo de Contato (EUA, Rússia, França, Alemanha e Inglaterra), encaminhou-se o Plano Dayton, aprovado no final de 1995 e que estabelecia a divisão do território da Bósnia-Herzegovina em duas entidades políticas independentes entre si, a Federação Muçulmano-Croata (correspondendo a 49% do território original) e a República Sérvia de Srpska (51%). Tal negociação reconhecia o quadro real das forças militares no momento, além de sustentar-se na chegada de tropas internacionais de paz responsáveis pela defesa das fronteiras e pelo cumprimento das cláusulas do acordo. Na época, o Presidente sérvio Milosevic foi peça fundamental para obrigar as milícias sérvias de Karadzic e de Mladic a deporem as armas. Pouco antes de Dayton, a Croácia recuperava o enclave de Krajina e expulsava mais de duzentos mil sérvios daquele território. O Acordo de Dayton era o ponto final da segunda fase da desintegração da Iugoslávia.

O fator Kosovo

A partir de 1997, recrudesceram os anseios políticos do Kosovo. Alguns fatos importantes haviam ocorrido nos últimos anos. Em primeiro lugar, desde o início dos anos 90, tinha-se constituído a Liga Democrática do Kosovo, expressão política da luta pela autonomia liderada por Ibrahim Rugova. Em 1992, a Liga realizou eleições na clandestinidade, escolhendo um parlamento e Rugova para presidente. Belgrado não reconheceu esse processo. Mas, em 1998, apesar das condições terem piorado consideravelmente, Rugova foi reeleito, mostrando a força da sua liderança. Em segundo lugar, uma questão conjuntural produziu importantes efeitos sobre o Kosovo e sobre outras áreas de presença albanesa (Macedônia e a própria Albânia). Desde meados da década, antigos países socialistas, como a República Tcheca, a Polônia e a Hungria, negociaram a sua entrada na CEE e na OTAN. Isso ocorreu como estratégia das potências capitalistas em cercarem e isolarem a Rússia sobre as suas fronteiras. Para os países candidatos, o acesso àqueles organismos internacionais tinha um preço. Assumir a função estratégica de tornar as suas fronteiras completamente impermeáveis às rotas de narcotráfico e de tráfico humano, que, através daqueles territórios, penetravam na Europa rica desovando drogas e imigrantes clandestinos. O endurecimento dos países candidatos deslocou aquelas redes para novas áreas. Os Balcãs em crise e em desagregação serviram para tal fim, principalmente a partir da “crise das sociedades piramidais”, que abalou profun-

damente a governabilidade da Albânia. Isso ocorreu em 1997 e produziu um verdadeiro vazio de poder, que foi ocupado pelas máfias vinculadas às redes internacionais de tráfico que tornaram o território albanês em ponto de partida das rotas que atravessavam os Balcãs e o mar Adriático para continuar abastecendo os países ricos. Decorrência disso foram o crescimento da corrupção, o surgimento de exércitos particulares e a maior fragilização do Estado albanês; tais tendências espelharam-se em outros territórios de população albanesa, como a Macedônia, o Kosovo e a Bósnia. Esse fato está vinculado ao crescimento numérico e material do Exército de Libertação do Kosovo (ELK), terceiro fator a ser considerado. Embora existisse desde 1993, o ELK intensificou ações militares somente a partir de 1997, com o apoio político de certas elites albanesas e com o acesso ao armamento do desmantelado exército albanês, via máfia. A escalada de violência do ELK e a divulgação dos manifestos que defendiam a construção da “Grande Albânia” provocaram violenta reação sérvia.

Questões de índole demográfica pioraram as tensões no sul da Iugoslávia, cabendo destacar: o maior número de nascimentos albaneses em relação aos demais povos balcânicos (espécie de bomba de tempo demográfica); a chegada, no Kosovo, de novas ondas de refugiados fugindo da caótica Albânia e aumentando o desequilíbrio demográfico existente (no início de 1999, a proporção de albaneses para cada sérvio, na província, era de 9 por 1); a fuga de milhares de sérvios kosovares com o aumento da violência por parte do ELK; a pressão sobre Belgrado para alocar os mais de 200 mil sérvios expulsos da Croácia e da Eslovênia.

Com todo esse quadro, 1998 foi o ano do início da terceira fase do desmantelamento iugoslavo, com o exército sérvio perseguindo e tentando destruir as bases do ELK. As denúncias de limpeza étnica voltaram a ganhar espaço na mídia, enquanto a diplomacia internacional trabalhava para evitar uma nova Sarajevo. Além de impor a seus membros o boicote econômico contra a Iugoslávia, a OTAN ameaçou usar a força contra a persistência do exército sérvio no Kosovo. Em outubro, os sérvios concordaram com a presença, na região, de observadores da Organização Europeia para Segurança e Cooperação (OSCE). As negociações evoluíram ao ponto de, em fevereiro de 1999, ocorrer o encontro de Rambouillet, na França, com a presença de representantes das forças em conflito e sob os auspícios do Grupo de Contato. Os porta-vozes ocidentais informaram que a pauta das discussões envolvia a desmilitarização do Kosovo, a presença de uma força internacional de paz e o encaminhamento da questão da autonomia do Kosovo dentro do marco jurídico iugoslavo. Aparentemente, o acordo seria assinado em março; entretanto, a Sérvia alegou que, embora de acordo com as cláusulas gerais de conhecimento público, discordava de pontos específicos (e pelo fato do ELK afirmar que, independentemente de Rambouillet,

continuar a luta pela construção da “Grande Albânia”). Mesmo assim, a representação sérvia colocava uma contraproposta endossada pelo Parlamento que reconhecia as cláusulas fundamentais do Acordo de Rambouillet. É importante considerar isto porque, dois dias depois, no dia 24 de março, os EUA e seu instrumento militar, a OTAN, denunciando o não-cumprimento do tratado, iniciavam a destruição massiva da Iugoslávia.

Os argumentos do ataque da OTAN

Os argumentos utilizados pela OTAN para justificar o ataque foram, fundamentalmente, três: enfraquecer Milosevic, evitar a limpeza étnica e impor o Acordo de Rambouillet. Quanto ao enfraquecimento de Milosevic, cabe ressaltar que, desde as campanhas contra Saddam Hussein, se sabia que ataques à população civil, principalmente contra cidades, produzem o efeito contrário. A população fecha com aquele que está sendo alvo do ataque. De nada adiantou a propaganda de que o povo iugoslavo não era o inimigo, pois a morte de civis demonstrou exatamente o contrário. Paradoxalmente, os três meses de bombardeio sobre a Iugoslávia, em vez de enfraquecer Milosevic e seus aliados, liquidaram com as chances da oposição, porque ficou isolada e até ameaçada de ser considerada traidora. Evidentemente, o resultado do conflito recoloca a possibilidade real de fragilização de Milosevic no curto e no médio prazos, mas ao preço da gigantesca destruição do país e do desgaste político da OTAN.

Em relação à limpeza étnica, é necessário fazer algumas precisões. Já se referenciou o recurso à mesma desde o início dos anos 90. A limpeza étnica consiste na depuração de um grupo humano, uma etnia, em termos de expropriação dos seus aspectos culturais (língua, história, mitos, religião), materiais (apropriação de bens e extração de mais-valia), controle demográfico (deslocamento de população e eliminação da condição procriadora) e até de violência física (violência sexual e genocídio). Para a Sérvia, a existência de um forte discurso separatista no meio de uma significativa população albanesa no Kosovo assustou e faz temer pela perda da província. Por outro lado, era indispensável afixar milhares de sérvios vindos de outras regiões da antiga Iugoslávia. É evidente que uma saída inteligente, diante da ameaça separatista, era colocá-los no Kosovo, de forma a realizar uma espécie de **servilização** do espaço kosovar, alterando o desequilíbrio demográfico histórico ali existente. De qualquer forma, dados da própria OTAN indicam que, até a véspera do ataque, a questão kosovar havia produzido, desde 1997, uns dois mil mortos e aproximadamente 150 mil refugiados. Veja-se que tais números são bem inferiores a problemas semelhantes ocorridos nos últimos anos na África, Ásia e América Latina e que não

produziram nenhuma resposta minimamente parecida por parte da OTAN ou da ONU. Há um fato inquestionável. A OTAN sabia que um dos cenários possíveis, a partir do ataque aéreo, seria o da expulsão massiva da população civil, fosse pela aceleração da limpeza étnica, fosse pelo medo da chuva de bombas e de seus efeitos colaterais (alvos errados), ou pelo recrudescimento do conflito entre as tropas iugoslavas e a guerrilha do ELK. De qualquer forma, em junho havia quase um milhão de kosovares refugiados; quer dizer, foi a partir do bombardeio que se concretizou o que se dizia querer evitar. A OTAN sabia, desde o início, que só o ataque terrestre e a ocupação territorial poderiam evitar a limpeza étnica, entretanto nada fez nesse sentido. Os crimes de limpeza étnica devem ser denunciados, não há nenhuma dúvida disso. Mas há uma forte co-responsabilidade da aliança militar ocidental pelas proporções que isso adquiriu.

Finalmente, o terceiro argumento do ataque foi o não-cumprimento do Acordo de Rambouillet. Mas o que dizia tal acordo? O Capítulo 7 do mesmo descrevia as funções e as características do Corpo Militar de Paz no Kosovo, sendo acompanhado de um Apêndice B, que não foi publicitado pela OTAN. Esse apêndice afrontava qualquer voluntarismo político negociador por parte da Sérvia, pois incluía uma condição que, sabidamente, era inaceitável para qualquer Estado soberano, ao exigir que a Iugoslávia aceitasse uma força de ocupação não para o território kosovar, mas para toda a Iugoslávia. O artigo 8 do Apêndice estabelecia que:

“O pessoal da OTAN terá direito, juntamente com seus veículos, navios, aviões e equipamentos, à passagem livre e irrestrita e acesso desimpedido em toda a República Federal da Iugoslávia (FRY), inclusive espaço aéreo associado e águas territoriais. Isto incluirá, sem que a isto fique limitado, o direito de acampar, manobrar, aquartelar e utilizar quaisquer áreas ou instalações requeridas para apoio, treinamento e operações”.

O artigo 7 do mesmo apêndice acrescentava:

“O pessoal da OTAN não poderá ser detido, interrogado ou detido pelas autoridades da República Federal da Iugoslávia. Se alguma das pessoas que formam parte da OTAN fosse arrestada ou detida por engano, deverá ser entregue imediatamente às autoridades da Aliança”.

Ainda durante a presença em território iugoslavo, a OTAN estaria isenta de taxas e impostos, não sofreria vistorias e regulamentos alfandegários e não forneceria documentos e informações sobre pessoas, veículos, navios, aviões, equipamentos, suprimentos e provisões que entrassem, saíssem ou transitas-

sem pelo território iugoslavo (artigos 9 e 10). Teria livre e pleno acesso às redes de comunicação e ao campo eletromagnético no seu conjunto (art. 15). O pessoal local, eventualmente empregado pela OTAN, estaria sujeito, única e exclusivamente, às condições e termos estabelecidos pela própria OTAN (art. 20), que também ficaria autorizada a deter pessoas e entregá-las o mais rapidamente possível às autoridades competentes (art. 21). Definitivamente, aceitar tais cláusulas do acordo implicava permitir a ocupação militar da Iugoslávia pela OTAN. Não era uma negociação; era, sim, um ultimato e o fim da sua soberania.

A instrumentalização da crise pela OTAN

Diante disso, cabe uma pergunta. Quais os verdadeiros motivos para essa guerra? Para a Europa, há fatores estratégicos. Dentro da perspectiva do final de século, qual é o interesse real que pode ser suscitado pelo Kosovo? A região não apresenta maior interesse material, e seu controle não traz vantagens relevantes, sejam de ordem militar, mineral ou hidrográficas. Então, qual a utilidade do território para a União Européia? Basicamente o de evitar a exportação do caos político, da emigração clandestina, do narcotráfico, etc.

Para os EUA, o Kosovo não apresenta nenhum interesse estratégico. É só um pretexto para justificar a nova legitimação da OTAN, organização criada em 1949, no contexto da Guerra Fria, como mecanismo de contenção e tensionamento dos países socialistas, especialmente da URSS. Com o desaparecimento desta e dos antigos países socialistas do Leste Europeu e com a dissolução do Pacto de Varsóvia, a OTAN havia perdido a razão de ser. Na própria Europa, questionava-se a sua permanência propondo-se a sua substituição por uma organização de defesa própria, a Osce. Os EUA, colocando-se contra a proposta de uma potência militar européia autônoma, procuraram reforçar a OTAN e estender sua influência em direção aos países reconvertidos do Leste Europeu (Polónia, República Tcheca e Hungria). A OTAN tem sido o grande mecanismo de influência norte-americana na Europa, além de bloquear o desenvolvimento de um sistema estratégico europeu rival.

A crise do Kosovo forneceu aos EUA a ocasião para comemorar em grande estilo o cinquentenário de existência da organização. Buscando superar as contradições de ferramenta de poder ultrapassada, reciclou-a, extrapolando o campo de ação do Atlântico norte para outro literalmente planetário, reformulando seus critérios de atuação. Ou seja, não mais como aliança defensiva para proteger seus membros, mas assumindo um **novo conceito estratégico**, o da **in-gerência humanitária**, o que, na prática, significa dizer que, se os interesses dos estados-membros forem afetados em qualquer parte do mundo, haverá ple-

na legitimidade para a OTAN agir. A Iugoslávia foi a primeira vítima dessa nova concepção do poder internacional. A outra foi a ONU, completamente ignorada pelos EUA, na medida em que seus estatutos internos, fundamentalmente no Conselho de Segurança, bloqueariam a determinação de intervir militarmente nos Balcãs.

Desde a Guerra do Golfo, desenhou-se uma nova ordem mundial (segundo a expressão de George Bush); nela, os EUA passaram a desempenhar o papel de **gendarme**. Tudo indica que a crise do Kosovo definiu com perfeita nitidez a qualidade desse papel. Sem a URSS como contraponto, parece não haver mais limite para a ação imperialista dos EUA, uma hiperpotência — segundo palavras do Ministro de Assuntos Exteriores da França Hubert Védrine. Hiperpotência que domina o mundo dentro das cinco esferas essenciais do poder: político, econômico, militar, tecnológico e cultural.

A guerra na Iugoslávia produziu uma catástrofe ecológica com a utilização de bombas com material radioativo (grafite, urânio, etc.), além dos desdobramentos das nuvens tóxicas produzidas com a destruição de refinarias de petróleo e de usinas químicas. E inovou-se numa lógica já vista na Guerra do Golfo, a do princípio da “zero morte”. Após dois meses de ataques, nenhum soldado da Aliança encontrou a morte em ação de guerra, e as perdas materiais para a OTAN foram insignificantes, contrastando brutalmente com a destruição material imposta à Iugoslávia. Não só a infra-estrutura militar-industrial foi destruída, como a própria infra-estrutura física e equipamentos civis do País foram arrasados. A relação de forças foi tão desigual que sequer de guerra se pode falar, só de punição inédita. Kosovo serviu aos EUA para mostrar à Rússia e à China até onde vai a ousadia norte-americana em termos bélicos e para lembrar aos aliados europeus que, se não fosse pela sua presença, o Continente não teria afastado o fantasma da guerra balcânica.

Kosovo é o fim da guerra na Iugoslávia ou será somente mais uma fase do lento e trágico processo de desintegração do mosaico balcânico? Um mapa sobre a persistência de tensões nos Balcãs, publicado pelo **Le Monde Diplomatique**, no mês de junho de 1999, causa verdadeiro espanto. Lá estão registrados mais de 15 focos de tensão envolvendo minorias separatistas ou disputas de fronteira, atingindo diretamente a Sérvia, Croácia, República Sérvia de Srpska, Voivodina, Montenegro, Kosovo, Albânia, Grécia, Turquia, Romênia, Bulgária, Hungria e Macedônia. Independentemente disso, pode-se concordar com o historiador Eric Hobsbawm, quando afirma que o século XX, o breve século XX como ele gosta de defini-lo, começou e está terminando nos Balcãs.

Bibliografia

- ANVERSA, G. (1999). Kosovo: breve histórico e questões para reflexão. **Folha da História**, abr.
- ARBEX, J. (1999). God bless america. **Caros Amigos**, maio.
- CHICLET, Ch. (1999). Aux origens de l'Armée de liberation du Kosovo. **Le Monde Diplomatique**, mai.
- CHIFFLET, C. (1999). La guerra que nadie llama por su nombre. **Brecha**, 9 jun.
- CHOMSKY, N. (1999). El acuerdo de paz de Kosovo. **Rebelión**, 10 jun.
- CHOMSKY, N. (1999a). Entrevista. **Folha da História**, maio.
- FERNÁNDEZ, J. (1999). A intervenção em Kosovo. **Folha da História**, abr.
- FERON, B. (1995). **Iugoslávia**: origens de um conflito. Porto Alegre : L&PM.
- GARCE, P. .M. de la (1999). Histoire secrète des negociations de Rambouillet. **Le Monde Diplomatique**, mai.
- INTERIM agreement for peace and self-government in Kosovo (1999). 23 febr.
- JUILLIARD, J. (1997). **O fascismo está voltando?** Petrópolis : Vozes.
- NAVARRETE, N. (1999). Refugiados: uma nova cortina de ferro. **Folha da História**, abr.
- NOCTIUMMES, T., PAGE, J. P. (1999). Iugoslávia: uma guerra imperialista para uma nova ordem mundial. **Brasil Revolucionário**, jun,./ set.
- RAMONET, I. (1999). Kosovo. **Le Monde Diplomatique**, févr.
- RAMONET, I. (1999). Nouvel ordre global. **Le Monde Diplomatique**, juin.
- SAMARY, C. (1998). La résistible dislocation du puzzle yugoslave. **Le Monde Diplomatique**, juil.
- SAMARY, C. (1999). Explosion ou confédération. **Le Monde Diplomatique**, mai.
- TAIBO, C. (1999). Claves de comprensión del conflicto del Kosovo. **España Roja**, mar.